



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Angela Beatriz Pomatti, Éverton Reis Quevedo, Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Théobald Chartran(1849-1907) Laennec, no Hospital Necker, ausculta um tísico na frente de seus alunos (1816) (1889), mural, Salle Péristoryle da Sorbonne.

Pareceristas ad hoc: Marcelo Vianna (IFRS) | Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS) | Cristiano Enrique de Brum (PUCRS) | Ana Paula Korndorfer (UNISINOS) | Marlise Maria Giovanaz (UFRGS) | Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS) | Joana Carolina Schossler (UNICAMP) | Danielle Heberle Viegas (UNILASALLE) | Micaele Irene Scheer (UFRGS) | Zingaro Homem de Medeiros (UFRGS) | Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel) | Eduarda Borges (UFRGS) | Marcia

Regina Bertotto (UFRGS) | João Gabriel Toledo Medeiros (UNISINOS) | Rodrigo de Azevedo Weimer (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Jonas Moreira Vargas (UFPel) | Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Regina Célia Lima Xavier (UFRGS) | Leonardo de Oliveira Conedera (UDESC) | Beatriz Teixeira Weber (UFSM).

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre:
Revistas de Livre Acesso | International
Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai
| Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em janeiro de 2021.**



Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.26/1, (dez. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

1v.

Semestral

ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: HISTÓRIA DA SAÚDE, DAS DOENÇAS E DA ASSISTÊNCIA

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

ANGELA BEATRIZ POMATTI, ÉVERTON REIS QUEVEDO, VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO 8

SAÚDE TEM HISTÓRIA 12

ENTRE DIFERENÇAS E SIMILARIDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO A RESPEITO DOS OLHARES SOBRE A “SAÚDE” E A “DOENÇA” EM “MANUAIS DE MEDICINA POPULAR”, HOMEOPÁTICOS E ALOPÁTICOS, DE FINAIS DO OITOCENTOS 13

ANDRÉ PORTELA DO AMARAL

CIRCULACIÓN, PRÁCTICAS Y MEDICINA POPULAR. EM REFLEXIÓN SOBRE EL CURANDERISMO EM EL SIGLO XIX ARGENTINO 32

ASTRID DAHHUR

“O EXERCÍCIO DE CURAR SUPÕE O HÁBITO E COSTUME DE O FAZER”: BOTICAS E BOTICÁRIOS NO OITOCENTOS NO BRASIL MERIDIONAL 45

PAULO STAUDT MOREIRA E NIKELÉN ACOSTA WITTER

SOBRE AS VIRTUDES MEDICINAIS DOS INSETOS NA OBRA *PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO* DE JOSÉ SÁNCHEZ LABRADOR S. J. (1776-1776) 67

ELLANE CRISTINA DECKMANN FLECK

DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS À ENGENHARIA DE TECIDOS: A HISTÓRIA QUE TEM REVOLUCIONADO A MEDICINA E SALVADO VIDAS 90

LAURA SCHÄFER E MARIA HELENA ITAQUI LOPES

DOENÇAS E HISTÓRIAS 105

AS DOENÇAS E O ATENDIMENTO AOS ENFERMOS NOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII) 106

ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO

“MUI SEÑOR MIO, DESPUES DE HAUER RECONOZIDO LAS MEDIZINAS, PARESE QUE HA ENCONTRADO DE MENOS TODO LO QUE PARESE SU PAPEL”: UM ESTUDO SOBRE OS TUMORES NO PARAGUAI COLONIAL (SÉC. XVII-XVIII) 124

BERNARDO TERNUS DE ABREU

O FENÔMENO IMIGRATÓRIO E O CONTROLE DO TRACOMA: REPERCUSSÕES DA DOENÇA 146

LEONOR C. BAPTISTA SCHWARTSMANN

PÁGINAS DE UM SABER MÉDICO: A PRESENÇA DA TUBERCULOSE EM TRABALHOS PUBLICADOS NO ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA	163
<i>BRUNO CHEPP DA ROSA</i>	
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EXPOSIÇÃO “GRIPE ESPANHOLA: A MARCHA DA EPIDEMIA” DO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL	186
<i>ANGELA BEATRIZ POMATTI E GLÁUCIA G. LIXINSKI DE LIMA KULZER</i>	
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COMPORTAMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19	
<i>JANETE ABRÃO</i>	209
“SINTO FALTA DE ABRAÇOS”: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPel	
<i>QUEZIA GALARCA DE OLIVEIRA, MILENA DA SILVA LANGHANZ E LORENA ALMEIDA GILL</i>	230
INSTITUIÇÕES E ASSISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS	240
A SUPERLOTAÇÃO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO: IMPLICAÇÕES NA INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1937 (PORTO ALEGRE/RS)	
<i>LISIANE RIBAS CRUZ</i>	241
ESTIGMA DA LEPROSA: O MANEQUIM LÁZARO NA EXPOSIÇÃO DO MEMORIAL DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ	
<i>HELENA THOMASSIM MEDEIROS, JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES E DIEGO LEMOS RIBEIRO</i>	258
A ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR MODERNA E A (RE) PRODUÇÃO DO VIVER SOCIAL NO HOSPITAL MIGUEL COUTO EM NATAL (1927-1955)	
<i>ANDRÉ MOTA E RODRIGO OTÁVIO DA SILVA</i>	276
A MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, ENSINO E ASSISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO	
<i>CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS, ANTONIO RODRIGUES BRAGA NETO, ANTONIO CARLOS JUCA DE SAMPAIO, JORGE FONTE DE REZENDE FILHO E JOFFRE AMIM JUNIOR</i>	299
CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE: NOVAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (RIO GRANDE DO SUL, 1928-1945)	
<i>GABRIELLE WERENICZ ALVES</i>	312
CUIDAR DE POBRES DOENTES NAS MEMÓRIAS DE ENFERMEIRAS RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1956-1973)	
<i>VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO</i>	332

ARTIGOS LIVRES

347

ENTRE COIMBRA E VILA DO PRÍNCIPE: A ATUAÇÃO DO PADRE DR. MANUEL JOSÉ DA FONSECA BRANDÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, COMARCA DO SERRO DO FRIO, MINAS GERAIS, 1778 A 1797

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ

348

MODELOS DE ESPACIALIDADE NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA – UMA COMPARAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA LOCAL FRANCESA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NAS GERAÇÕES SUBSEQUENTES

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

369

(RE)ESCRITURAS NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA

RAYANNE MATIAS VILLARINHO E ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ

388

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Saúde tem História

CA S. A. primeira de sem #186 de q. primeira especialidades em doces especialidades em para casamentos, baptipara casamentos, sados e banquetes. E' asados e banquetes, unica depositaria da altunica depositaria da maada Guarana Espumantada Guarana Espumante e do eccellente chowee e do excelente labo Laeta, fabricados enlabo Laeta, fabricados S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. molta Leoncio & Cipolla Leoncio & J. Conditaria Brasileira 601 Conditaria Brasileira



“O EXERCÍCIO DE CURAR SUPÕE O HÁBITO E COSTUME DE O FAZER”: BOTICAS E BOTICÁRIOS NO OITOCENTOS NO BRASIL MERIDIONAL

Paulo Staudt Moreira¹

Nikelen Acosta Witter²

Resumo: A figura do boticário teve grande importância no Brasil, pelo menos até o último terço do século XIX. As mudanças na legislação e na fiscalização, as transformações da arte de curar com a ascensão vigorosa da medicina e da farmácia acadêmicas e a influência cada vez mais evidente de uma indústria farmacêutica, colocaram a profissão em decadência. No entanto, essa atividade – notadamente masculina – ia muito além de ser a de um simples “cozinheiro dos médicos”. As boticas eram espaços de sociabilidade gerenciadas por homens letrados que podiam combinar prestígio e saberes a ponto de ocuparem um ponto central na vida das comunidades dos oitocentos. Com base em processos-crime, inventários *post-mortem*, artigos de jornais, documentos da cúria e do governo do Rio Grande do Sul, em comparação com a rica historiografia brasileira sobre o tema, pretendemos apresentar um quadro da dinâmica dessas boticas e dos seus boticários e sua inserção na capital da província mais meridional do império brasileiro.

Palavras-chave: boticários, boticas, saúde, artes da cura.

Abstract: The figure of the apothecary had great importance in Brazil, at least until the last third of the 19th century. Changes in legislation and enforcement, transformations in the art of healing with the vigorous rise of academic medicine and pharmacy and the increasingly evident influence of a pharmaceutical industry have put the profession in decline. However, this activity – notably male – went far beyond being a simple “cook for doctors”. Apothecaries were spaces of sociability managed by literate men who could combine prestige and knowledge to the point of occupying a central point in the life of communities in the eighties. Based on criminal proceedings, *post-mortem* inventories, newspaper articles, religious and governmental documents of Rio Grande do Sul, in comparison with the rich Brazilian historiography on the subject, we intend to present a picture of the dynamics of these apothecaries and their insertion in the provincial capital.

Keywords: apothecaries, health, arts of healing

Introdução

O *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1789, de autoria de Antônio Moraes Silva, de ampla circulação em todo o século XIX, indica que *Botica* era a “casa onde se vendem remédios e drogas medicinais”, sendo boticário “o que sabe farmácia, e que vende símplies ou preparações medicinais” (SILVA, 1813, p. 295). Lexicólogo e formado em direito civil e canônico pela Universidade de Coimbra, Antônio Moraes Silva conhecia bem as boticas, já que os seus pais sobreviviam do que arrecadavam de uma delas, administrada por um caixeiro.

Vera Marques pesquisou a medicina e os boticários do Brasil setecentista e apresenta parte do que pode se reconhecer como instalação e desenvolvimento da categoria no Sudeste brasileiro.

¹ Doutor em História - UFRGS, professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: moreirast@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1286-2874>.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Coordenadora do Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres - GEEUM@. E-mail: nikelen@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1394-0806>.

Segundo Marques, no período colonial, muitos boticários eram cristãos-novos, fugidos para a colônia por conta das perseguições na península Ibérica (1999, p. 174). Isso era um dos fatores que dava a categoria um aspecto marginal, porém, mesmo ocupando uma posição hierárquica abaixo dos médicos, os boticários estavam longe de *apenas cozinhar e temperar* para os doutores. Quando a medicina acadêmica apenas ensaiava seus passos mais vigorosos, os boticários tinham *status* suficiente para estarem no rol dos curadores. Eles, portanto, “atendiam, prescreviam, aviavam e vendiam medicamentos, além de praticarem pequenas cirurgias e curativos” (MARQUES, 1999, p. 175).

Marques, no entanto, vai além e aponta que era comum se encontrar à época a chamada *caixa de botica*. Esta seria uma “arca de madeira em cujo interior era encontrado um certo número de medicamentos” (1999, p. 172). Tal elemento já aparecia ao final do verbete de Moraes Silva, quando este insere uma citação literária que aponta que a palavra também se referia a curadores não-brancos: “o feiticeiro mostrou a botica, que trazia para fazer os encantamentos, que foram um Livro com figuras e letras”. Assim, percebemos que a palavra *botica* englobava não só a loja – onde se manipulavam os medicamentos – mas também o conjunto de artigos usados pelos curadores e pelas famílias em seus tratamentos cotidianos, pequenos machucados e enfermidades em geral.

Ora, o *Diccionario de Medicina Domestica e Popular*, do doutor Theodoro J. H. Langaard, – que se apresenta como uma obra “principalmente destinada para um público não profissional e habitante longe dos grandes centros” –, indicava ser a *botica doméstica* uma necessidade. No verbete exclusivamente destinado aquelas, o autor recomenda “que se tenha em casa uma pequena botica, contendo os principais remédios cujo emprego se aconselha na presente obra”. Em seguida, Langaard lista 104 “remédios” que seriam, segundo ele, essenciais no aparelhamento doméstico com relação a cura – água rás, aguardente, cânfora, extrato de beladona, láudano, morfina, ópio em pó, sene, vinagre, etc.. Alguns itens são difíceis de se imaginar ausentes em uma casa de família no oitocentos, mas além dos *remédios*, o doutor também acrescenta as quantidades de cada item elencado, que seria recomendável ter em casa, por segurança³.

Nesse artigo, contudo, não nos interessam as boticas domésticas. Interessa-nos fazer aqui, de fato, um breve panorama da atividade dos boticários na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com especial relevo para a capital Porto Alegre e o período que se segue da guerra civil até a década de 1870, quando se pode observar a clara decadência da atividade.

Para dar conta do tema, utilizaremos uma série de diferentes documentos, nos quais a presença de boticas e boticários pode ser percebida; cartas, processos-crime, inventários *post-mortem*, artigos jornalísticos, documentação religiosa e governamental. Tais fontes dão conta de nomear os homens que ostentavam o título de boticários – até onde se pode ver uma atividade quase sempre masculina – assim como de reviver suas ações e inserções na vida social das comunidades.

³ Um exemplo disso pode ser encontrado no Inventário *post-mortem* do Padre Antônio Homem de Oliveira de 1861, residente no município de Cachoeira (distante 162km de Porto Alegre). Neste constam dois volumes do Mello Moraes Homeopático, uma *caixa de botica* com 16 remédios, um volume do Doutor Chernoviz, um formulário de Alopátia e um volume de matéria médica vegetal. APRS – 1º Cartório de Órfãos e ausentes – Cachoeira, M13, Ano: 1861, N. 230.

O boticário Mateus José dos Santos

A guerra civil farroupilha (1835/1845) estava em seu terceiro ano, quando o ministro republicano Domingos José de Almeida recebeu uma missiva com um pedido de socorro de seu *primo* e *amigo* Mateus José dos Santos. A carta fora enviada da vila de Piratini para a de Caçapava, em 11 de março de 1838, e pedia que Almeida indenizasse o também primo Albino Teixeira Carneiro na quantia de 80 patações, pelo frete das carretas que transportavam sua botica. O primo Mateus se lamuriava de que se encontrava *totalmente desprevenido de dinheiro* e pedia desculpas pelo *incômodo*. A mudança da botica certamente tinha a ver com as questões atinentes ao cenário bélico meridional.

Anos depois, com a sua botica instalada em Piratini, Mateus José dos Santos teve que novamente aporrinhar o seu primo Almeida, em 25 de setembro de 1841. O boticário estava *vexado* com uma dívida de 250 mil réis de uma *fatura de remédios* e pedia que a Coletoria republicana desse ou emprestasse esse dinheiro, retirando-o do *cofre dos ausentes*: “pois, do contrário, não poderei mais continuar com a Botica. O Pai pobre, os particulares não pagam e o Estado não tem e os remédios em Montevideo custam dinheiro”. Mateus pede que o Ministro Almeida faça mais esse “sacrifício em favor de quem sempre está pronto a prestar o que tiver, tudo a bem de nossa Liberdade”.

Finalmente, em 3 de setembro do ano seguinte, novamente o boticário Mateus José dos Santos volta a importunar o seu *Primo e Amigo do Coração* Almeida, pedindo a sua intervenção em uma letra por ele afiançada.⁴ Ele insiste que Almeida viesse para Piratini e que ficasse em sua residência – “sabe que vindo para minha Casa vem para a sua”. A pedido de Almeida, o boticário dá várias informações de atividades bélica contra o Império no Brasil e também das eleições locais e do “nosso Circulo da Botica”.

Passados vários anos do fim da guerra civil, em 1854, o delegado de polícia de Pelotas, Alexandre Vieira da Cunha, intima dois indivíduos – Mateus José dos Santos e Serafim Pereira Rosa – por desrespeito ao Regulamento da Junta da Higiene Pública, (decreto 828/1851). Mateus era morador na Costa de Pelotas e Serafim no Boqueirão. Os dois teriam praticado ilegalmente a medicina e ainda exigiram “honorários de seus curativos”, passando inclusive recibos por eles assinados. Os recibos foram passados por ambos curadores em função do óbito dos pacientes, o que os obrigou a requerer a indenização de seus serviços junto aos inventariantes. Serafim tratara de dona Plácida Constância Soares e cobrara 24 onças (768 mil réis) de “3 viagens e 12 dias de demora em sua residência”. Já Mateus pediu o pagamento das duas vezes que fora a casa do falecido Antônio de Tal e o importe de remédios fornecidos durante as enfermidades.

O Delegado então perguntou a Mateus “qual sua profissão, se cura como médico ou Cirurgião, se como tal assistiu a Antônio de Tal em sua enfermidade, e por isso levou 600 mil réis de seu trabalho de médico ou cirurgião”. Ele respondeu ser boticário e que não assistiu ao falecido como médico ou cirurgião, apenas fornecendo 600 mil réis de remédios, que foram levados a casa do doente e alguns ali preparados e que “tem tratado a todos os mais doentes que o chamam”. Ouvidos os réus e algumas testemunhas, o Delegado Alexandre achou provado que eles “se tem dado ao exercício da

⁴AHRS – Coleção Varela, CV-8137, CV-8145 e CV-8152 (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 78).

medicina sem estarem para isso legalmente habilitados com os diplomas e mais requisitos necessários na forma das Posturas Municipais e do regulamento da Junta de Higiene Pública” e, por isso, multou-os em 200\$ réis cada um.⁵

O boticário apelou alegando que não estava suficientemente provado que ele “curasse como médico ou cirurgião ou preparasse medicamentos sem receitas” e que a quantia, ele recebeu:

[...] não na qualidade de médico, mas como enfermeiro do falecido, que o mandou chamar para este fim e o consultara acerca da sua enfermidade, sem que o suplicante exercesse a profissão de medico ou antes curasse, o que é cousa bem diversa de emitir um juízo a tratar de um enfermo, executando as suas próprias prescrições ou de facultativos competentemente habilitados. **E ao Suplicante parece mesmo que o exercício da arte de curar não pode qualificar-se a aplicação de um medicamento a um enfermo, por sua ordem e pela fé depositada em qualquer que o enfermo julgue poder salvá-lo, mormente quando este se acha em lugar onde não podem chegar os recursos, ou não pode obtê-lo por suas circunstâncias. O exercício de curar supõe o hábito e costume de o fazer, inculcando-se qualquer com as habilitações precisas para isso, de maneira que não engane o público e o sacrifique ao seu sórdido e reprovado interesse.** Quanto aos remédios fornecidos pelo Apelante, seguiu ele algumas receitas que tinha o falecido desde algum tempo e com que se tratava em seus padecimentos crônicos a que afinal sucumbiu, e preparou outros assas simples e que não dependem de receita, como cozimento de Althéa, cataplasma de linhaça, sinapissimos, etc. e o contrário não está provado nos autos, resultando, quando muito, levíssimas presunções que não devem fundamentar uma condenação, porque a inocência se presume, mas não o crime, e em estado de dúvida cumpre adotar-se a parte favorável ao réu. Nem resulta a menor prova da falta da apresentação das receitas, porque sabem todos não

ficarem elas em poder do boticário, desde que ele recebe a sua importância.⁶ (Grifos nossos).

Mateus José dos Santos usa acima uma argumentação que lhe parecia bastante óbvia e baseada em percepções de cura de sua época. Ele alega o poder do doente sobre o que seria ministrado em seu corpo; a falta de médicos habilitados a curar e de recursos financeiros para pagá-los. Argumenta também não ser um enganador, dizendo saber mais do sabe, ou seja, tenta assim se afastar de qualquer possibilidade de ser visto como um charlatão. Em lugar disso, afirma ser conhecedor de seu ofício e por hábito e prática ter conhecimento do que poderia auxiliar a aflição de um doente.⁷ O boticário

⁵ É importante ressaltar que a partir de meados do ano de 1854, passou a atuar na província a Comissão de Higiene Pública, braço da Junta de Higiene Pública. A Comissão deu início a um registro dos profissionais que poderiam se envolver com a saúde da população: médicos, cirurgiões e boticários. Porém, tem início aí um esforço para separar cada vez mais as áreas de atuação. É certo, porém, que essa separação estava estreitamente ligada aos poderes cidadãos, aos amigos de amigos e aos interesses em aceitar ou perseguir determinados curadores. Ver WITTER, 2007.

⁶ APERS – Delegacia de Pelotas – Autos de multa por infração de posturas, 1854, Autora: a Justiça, réus: Mateus José dos Santos e Serafim Pereira Rosa. Supomos que Mateus José dos Santos faleceu em 1877, em Pelotas, e entre os seus bens não havia nada que se parecesse com uma botica, só um par de mangas de vidro. Ele tinha dois escravizados adultos (a crioula Ana e o africano Pedro, cego) e uma casa coberta de telha no Areal, dividindo pelos fundos com terrenos do finado Domingos José de Almeida, de quem Mateus comprara os terrenos por 8 contos de réis (APERS – 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, nº 866, maço 50, inventariado: Mateus José dos Santos, inventariante: a viúva Maria das Dores Santos, 1877).

⁷ Nikelen Acosta Witter, em sua tese, disserta sobre essas percepções acerca das práticas de cura e de seus praticantes, bem como sobre as concepções de corpo, saúde e doença em meados do século XIX. As conclusões da historiadora se

ainda se defende, dizendo que a quantia que recebeu foi *espontaneamente oferecida, nada significando o seu valor*, já que só indenizou os sacrifícios que ele passou abandonando a sua casa e conservando-se na casa do enfermo por alguns dias, numa distância de 12 léguas, “e atravessando maus caminhos em uma estação menos própria para tal viagem, por que verificou-se ela no rigor do inverno.” Assim como o Delegado, o Juiz de Direito Joaquim José da Cruz Seco não se sensibilizou com a argumentação do boticário e confirmou a sentença na parte em que condenava o réu a pagar 60\$ réis por violação dos artigos 7 e 10 das Posturas Municipais e mais 100\$ em conformidade com o artigo 25 do Regulamento nº 838.⁸

A Forma da Lei

O Regulamento da Junta de Higiene Pública, promulgado pelo decreto nº 828 de 1851, no seu artigo 2º, ordenava a criação de Comissões de Higiene Pública nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, sendo que nas demais atuariam Provedores de Saúde Pública.

Das informações apresentadas, ressaltamos que durante o período imperial, conforme a legislação vigente, estariam habilitados a exercer a medicina somente profissionais diplomados por faculdades de medicina, cabendo à Junta de Higiene Pública realizar o controle sobre a atuação. Tal regulamentação era vigente desde a metade do século XIX e advinha do já citado Decreto 828 de 1851, que mandava executar o regulamento da Junta de Higiene Pública. Demonstrava-se, já naqueles anos, certa proteção e privilégio à profissão médica exercida por diplomados habilitados (SILVA, 2018, p. 122).

Os boticários, de acordo Bluteau (1712), eram os “cozinheiros dos médicos; cozem e temperam quanto nas receitas lhes ordenam”. Contudo, de acordo com Marques (1999, p. 156), a separação clara entre médicos e boticários não é tão antiga, ficando mais bem delimitada à medida em que avança, na cronologia europeia, o que se veio a chamar de Idade Moderna. Nesse sentido, a medida em que a profissão médica se especializa, o manejo das drogas sai de suas mãos e vai para outros indivíduos, os quais passam a ficar encarregados de “preparar e fornecer os medicamentos necessários ao doente”. Estes indivíduos seriam os boticários.

Ao médico teria cabido a parte nobre da arte e ao boticário a parte mecânica, a “cozinha”, o lugar onde se aviam os saberes do outro sem o qual não haveria razão para a existência de boticários, cuja competência técnica não ultrapassaria o fabrico das mezinhas, como eram chamados os medicamentos da época.

Marques (1999, p 157/158) destaca que, já no tempo de D. João I (1385 a 1433), os boticários participavam das “comemorações religiosas ocupando o terceiro escalão nas procissões,

coadunam perfeitamente com a defesa apresentada pelo boticário Mateus José dos Santos. Ver WITTER, 2007.

⁸ Art. 25. Ninguém pode exercer a medicina, ou qualquer dos seus ramos, sem título conferido pelas Escolas de Medicina do Brasil, nem pode servir de perito perante as Autoridades Judiciárias, ou administrativas, ou passar certificados de moléstia para qualquer fim que seja. Os infratores incorrerão na multa de cem mil réis pela primeira vez, e nas reincidências em duzentos mil réis e quinze dias de cadeia (Decreto nº 828, de 29 de Setembro de 1851 – Manda executar o regulamento da Junta de Higiene Pública – <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html> – acessado em 30.11.2020).

lugar que dividiam com os merceiros e especieiros [...], os boticários eram vendedores de fórmulas preparadas por eles mesmos, mas elaboradas pelos saberes dos médicos que as prescreviam, cujos conhecimentos se distinguíam em importância daqueles dos boticários, ‘cozinheiros dos médicos’”. Aí já se percebe o estabelecimento de uma hierarquia de artes de cura, com os boticários recebendo um *status* mais baixo do que o dos médicos.

Tânia Pimenta, analisando os *terapeutas populares* através da documentação da *Fisicatura Mor* (1808-1828), percebe também uma *hierarquia de práticas de cura*, tal como se configurava no Brasil imperial:

[...] a posição mais conceituada era a dos médicos, ocupando os curandeiros a menos valorizada; a meio caminho entre estes dois grupos estavam os licenciados a curar da medicina prática. Os curandeiros representavam a contrapartida do conhecimento dos boticários sobre medicamentos. Analogamente, os cirurgiões eram vistos como mais preparados que os sangradores e as parteiras, que exerceriam apenas uma parte de um conhecimento muito mais amplo, que era a arte da cirurgia. Entre estas categorias, a das parteiras é aquela sobre a qual dispomos de menos informações (PIMENTA, 1998, p. 352).

A historiadora percebe que, pelo menos até 1830, não havia na documentação da *Fisicatura mor*, uma desqualificação dos médicos, cirurgiões e boticários sobre os terapeutas populares. Entre os processos de obtenção de licença analisados por Pimenta, temos 25% de boticários.

Entretanto, como observamos no caso que introduziu este artigo, a prática cotidiana dos boticários era bem mais abrangente. Falando sobre as vilas e cidades dos séculos XVI e XVII, Cristina Gurgel (2011, p. 144), relata que os boticários, com frequência:

[...] eram os únicos a ter algum conhecimento médico e eram obrigados a servirem como barbeiros, cirurgiões ou médicos. Também eram professores: acompanhando seu trabalho estavam os “aprendizes do boticário”, “moços do boticário” ou ainda “práticos da botica”, jovens geralmente de origem humilde, que recebiam sua instrução durante a jornada de trabalho.

Há outro papel social que também deve ser destacado no tocante às boticas – como pode ser visto no caso do boticário Mateus. Quando este trata de questões político-eleitorais, ele menciona o *Círculo da Botica*. Supomos que se tratava de um grupo (provavelmente masculino ao menos em sua maioria) que se reunia na botica de Mateus José dos Santos para trocar informações e compartilhar ideias políticas. Se acreditarmos nas sugestões de Roger Chartier (2001) sobre a história da leitura, podemos até mesmo inferir aí um espaço de leitura compartilhada de jornais, cartas e outros materiais noticiosos.

Percebemos, assim, que as boticas compunham um espaço de caráter amplo, onde as pessoas aviavam receitas, buscavam alívio e cura para enfermidades, praticavam atividades lúdicas (jogos, por exemplo), conversavam sobre políticas e politicagens, fofocavam e até compravam livros (COMISSOLI, 2011, p. 245).

As tavernas, boticas e demais lojas comerciais propiciavam o debate público da política ao servir de ponto de encontro, ou seja, eram oportunidades de socição antes de assumirem sua função política. Os moradores de Porto Alegre, segundo Auguste Saint-Hilaire, tinham o hábito de “frequentemente palestrar nas lojas, mas não há nenhum local de reunião”, ou

seja, era nestes espaços de convívio diário que se operavam os contatos e as sociabilidades (COMISSOLI, 2011, p. 257).⁹

Adriano Comissoli cita um caso de 1823, quando pasquins difamadores apareceram fixados em diversas portas de casas da vila de Rio Pardo. Os pasquins eram manuscritos e atacavam ferozmente a honra de vários habitantes locais. Foi montado um processo para averiguar a autoria da difamação e uma testemunha assegurou que “tomou conhecimento de um dos pasquins porque outro morador da vila o mostrara na Botica de Antônio Simões Pereira Júnior” (COMISSOLI, 2011, p. 341).¹⁰

Betânia Figueiredo acompanhou a organização de boticas e farmácias de fins do século XVIII até as primeiras décadas do XIX, através dos inventários *post-mortem*. Em seu trabalho, a historiadora corrobora a importância do espaço das boticas, as quais eram, de fato, centros de sociabilidade, sendo a figura do boticário uma “referência de ajuda e apoio, extrapolando os problemas relacionados diretamente à saúde” (2005, p. 142). Talvez isso fizesse com que a freguesia, aqueles que iam buscar os remédios – não necessariamente os sofredores – fossem mais homens do que mulheres, já que a frequência nas boticas significava uma permanência em um espaço público, um risco para as mulheres (de elite) e suas reputações.

A botica do Landell

De acordo com Martin Dreher (2000) e Jaqueline Brizola (2014), o inglês Robert Landell teria chegado ao Brasil em 1829, acompanhado de seu filho John, já que a sua esposa Sara Thompson Graham teria falecido durante a viagem. Entretanto, encontramos o batismo desta criança – João/John – na comunidade evangélica de São Leopoldo, em 14 de junho de 1832, onde consta ter nascido em São Paulo, em 9 de dezembro de 1827. Esta anotação eclesiástica, aponta que o pai, Robert Landell, era natural de Endrew (talvez Saint Andrews), na Escócia, cidade localizada a 45 milhas de Edimburgo, tinha então 30 anos de idade, era evangélico e doutor em medicina formado em Oxford (Inglaterra). A esposa se chamava Sarah Thomson, tinha 18 anos de idade, também de religião evangélica e escocesa como o marido, natural da cidade de Westruthen. Os padrinhos foram o próprio pai da criança e o senhor Thomas Thomson.

Viúvo, o doutor Robert Landell se casou com Rosa Joaquina de Carvalho e em 24 de março de 1832, nasceu a primeira filha do casal, Sarah Maria Anna Landell. Como não havia ainda comunidade evangélica em Porto Alegre, Sarah foi batizada em São Leopoldo, em 14 de junho do mesmo ano, também apadrinhada pelo pai e por Thomas Thomson. Sua mãe Rosa era natural de Porto Alegre, tinha 27 anos de idade e professava a religião católica.

⁹ A respeito desse aspecto das boticas enquanto “espaço de socialização, de discussão política e da narração de causos”, ver: MARQUES (1999, p. 215) e FIGUEIREDO (2002, p. 191).

¹⁰ Provavelmente este é o mesmo boticário que testemunhou em um processo criminal de Porto Alegre, em 1857. O processo foi movido pela suspeita de estupro de uma escravizada *mulatinha* de 8 anos de idade. O boticário nomeado Antônio Simões Pereira foi quem examinou a ofendida e aconselhou que se movesse uma queixa-crime contra o esturpador (APERS - 1º Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maçõ 132, auto 3531, 1857).

Aquiles Porto Alegre (1940, p. 188) descreve o doutor Landell como homeopata, “com as suas barbas louras e enfronhado na sua sobrecasaca”.¹¹ Segundo os códices que registram os pagamentos de funcionários provinciais, Landell foi *vacinador do município da capital* entre os anos de 1838 até 1875. Interessante é que uma portaria de 19 de janeiro de 1864 informa que, quando esse vacinador estivesse ausente, seria substituído por seu filho, o também médico João Landell.¹² Entre os anos de 1859 a 1862, o Dr. João Landell atuou como vacinador no município de São José do Norte.¹³ O Presidente da Província também nomeou o doutor Robert Landell para prestar serviços no bairro do Riacho (Hospital de Beneficência Portuguesa) entre os anos de 1859 e 1867.¹⁴

As credenciais de Landell como médico, no entanto, nem sempre foram aceitas. Nas disputas entre os doutores Luís da Silva Flores e Manoel Pereira Ubatuba – as quais ocorreram durante o processo de instalação da Comissão de Higiene na província – o título e o curso de medicina de Robert Landell foram questionados. Este, sem conseguir provar ter se formado em Oxford em 1828, passa a figurar como prático quando Ubatuba – que se torna seu desafeto – se refere a ele em algum de seus extensos relatórios.¹⁵

A respeito da atuação do doutor Roberto Landell durante epidemias, um jornal norte-americano, em 1857, publicou artigo sobre uma “Suposta Cura para a varíola”, encontrada no Rio Grande do Sul:

Suposta cura para a varíola.

O cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, Brasil, transmitiu ao Departamento de Estado uma comunicação muito interessante do Dr. Landell, de Porto Alegre, reivindicando a descoberta de uma cura para a varíola. O Dr. Landell afirma que a ideia de usar o remédio a ser citado lhe ocorreu pela primeira vez durante uma terrível epidemia dessa doença em 1837, mas que o administrou pela primeira vez em 1842, desde então seu sucesso e o de seu filho Dr. John Landell e outros colegas no tratamento da varíola, têm sido os mais lisonjeiros. O Secretário de Estado divulgou o artigo do Dr. Landell na íntegra no principal jornal da profissão médica nos Estados Unidos. Encontramos no Washington Union aquela parte que divulga o remédio e sua devida exposição.¹⁶

¹¹ A homeopatia é uma doutrina “criada por Cristiano Frederico Samuel Hahnemann, médico alemão que viveu de 1755 a 1843”, que se revoltou contra as *práticas perigosas* e violentas da medicina da época: “Defendia a ideia da existência de um princípio vital, não comprovável empiricamente por ser imaterial, mas que seria a causa explicativa da atividade que anima todo o organismo”, assim, a doença seria a perda desta harmonia entre o corpo físico e essa força vital (WEBER, 1990, p. 91).

¹² AHRS – Códices do Fundo Fazenda F-263, F-316 a 342. Ver: BRIZOLA, 2014, p. 64.

¹³ O primogênito de Roberto Landell, João, formou-se em medicina em Nova York, depois retornando para o Rio Grande do Sul e instalando-se na cidade de Rio Grande. Maçom, era filiado à Loja União Constante, mas, em protesto pela filiação desta ao Grande Oriente dos Beneditinos, promoveu uma cisão que culminou na criação da Loja Acácia Rio-Grandense, em 1867.

¹⁴ AHRS – Códices do Fundo Fazenda, F-324 a F-331 (Título de 19.05.1859). Ver também: OLIVEIRA, 2018. Sobre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, ver: QUEVEDO (2016).

¹⁵ Ver WITTER, 2007. Dessa disputa resultou inclusive numa tresloucada tentativa de assassinato de Robert Landell contra Ubatuba, em 1856 (LORENZO, 2007, p. 192).

¹⁶ The Semi-Weekly Raleigh Register Saturday, August 08, 1857; Issue 63. Agradecemos a informação do colega Miqueias

Se ele aplicou pela primeira vez a cura que achara para a varíola em 1842, então foi durante a guerra civil farroupilha (1835/1845), quando a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul esteve quase que o tempo todo cercada pelas tropas republicanas. Talvez o doutor Landell tenha aproveitado o conflito e encontrado um momento propício para testar a sua *cura* em soldados internados que ele atendeu durante a guerra civil (RIBEIRO, 2009, p. 205).

O nome deste ilustre doutor/prático foi citado em correspondências oficiais em 1870, quando um *preto*, seu ex-escravo, morador no Passo Grande (distrito da Aldeia dos Anjos), enganou alguns *incantos*, que acreditavam que ele podia “adivinhar as causas de seus sofrimentos”, dizendo-se “adivinhador e curador de feitiços”.¹⁷ O alerta foi da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no litoral norte gaúcho, que informou o Chefe de Polícia de que esse *preto* ia para lá seguido, mostrando que a fama de seus conhecimentos se espalhou bastante.¹⁸ O Chefe de Polícia logo oficiou a Câmara Municipal da Capital da província, dizendo que expedira as necessárias ordens para vedar que esse *preto* continuasse a *aplicar remédios*. Infelizmente, as correspondências não traziam o nome do curador de feitiços e de males corporais, mas supomos que se tratasse de um africano. Num outro processo – na capital – outro escravizado foi citado por fazer curas, sendo que suas credenciais como curador, dizia o homem, advinham de ele ter sido, nas palavras do processo “escravo do *doutor* Landell”.¹⁹

José Landell, filho legítimo do Doutor Roberto Landell e Dona Rosa Joaquina, morador na Freguesia da Madre de Deus, casou em 09.05.1875 na Igreja Catedral da Madre de Deus, com Libânia Gomes da Silva, moradora na freguesia do Rosário, filha legítima de João Modesto do Prado e Dona Fidência Gomes da Silva. O noivo nasceu na capital e a noiva na Vila de Caçapava. O Vigário José Soares do Patrocínio Mendonça confirma que os proclamas foram feitos e nenhum impedimento foi manifestado. Os noivos pediram licença para que o casamento fosse à noite, na Igreja do Rosário. A noiva foi batizada em 22.11.1847 na Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, tendo nascido em 10 de dezembro do ano anterior. José Landell foi batizado na Igreja do Rosário aos 25 dias de julho de 1856, nascido em 28 de maio de 1843, padrinho José Fernandes da Silva e madrinha a irmã do mesmo, Ana Maria da Silva.²⁰

No relatório do presidente da província de 1882, José Landell aparece como provido vitaliciamente como professor da 1ª cadeira do sexo masculino da Vila de Piratini. Sua esposa D. Libânia era responsável, também em Piratini, pela 1ª cadeira da vila para o sexo feminino. Os dois

Mügge, historiador e pesquisador da Universidade de Princetown.

¹⁷ Não encontramos o inventário *post-mortem* do Doutor Roberto Landell, mas alguns registros apontam a sua intimidade com a escravidão. Encontramos três óbitos de escravizados do Doutor Landell: em 10.05.1837 faleceu Maria, de apenas 9 meses de idade, filha da *etíope* Eva; em 04.12.1837 faleceu da mesma causa morte Basílio, com a mesma idade, filho da moçambique Eva; e em 30.07.1845 morreu o congo João, de 34 anos, de queimaduras. Em 1868, Roberto Landell alforriou a nagô Catarina, de 50 anos de idade gratuitamente, em retribuição aos bons serviços prestados (AHCMPA - Livro 4 de Óbitos de Escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, folhas 50v e 78v; Livro 1 de Óbitos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 11v; APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro de Registros Diversos nº 19, folha 116).

¹⁸ AHRS – Polícia, códice 249; BIER; BRUFATTO e LOPES, 2004, p. 75.

²⁰AHCMPA – Habilitação matrimonial – ano: 1875, nº 243, Caixa: 285, noivos: José Landell & Libânia Gomes da Silva.

antes haviam atuado como professores no Itacolumi, em Gravataí²¹. Em 30 de dezembro de 1881, a pedido dos mesmos, foram transferidos para cadeiras da paróquia do Rosário, em Porto Alegre.²²

Interessa-nos aqui, investigar um pouco mais as agências de Robert Landell e seu filho Guilherme, o boticário. Os dois aparecem juntos testemunhando em um mesmo processo criminal. Em 1872, foi espancado *imoderadamente* o escravizado Pedro – pardo de 27 anos – pelo francês João Bal – dono do Hotel do Comércio – ao qual ele estava alugado por sua senhora. Robert Landell, então com 70 anos de idade, foi chamado pela senhora e viu Pedro “pisado nas costas e no peito, e também nos braços e deitando golfadas de sangue”. Já Guilherme Landell, que diz viver de negócios, contou que viu Pedro *mau do pulmão* e lhe “fez uma aplicação”.²³

O *branco* Guilherme Roberto Landell faleceu em 1º de fevereiro de 1875, em Porto Alegre, mesma cidade em que nasceu, de abscesso, com 33 anos de idade, sendo enterrado em catacumba da Irmandade de São Miguel e Almas.²⁴ Esse registro de óbito, entretanto, não transmite o clima tenso que antecedeu o enterramento de Guilherme. Como vimos, seu pai Roberto Landell era evangélico, mas seu filho Guilherme casou com uma esposa católica, a qual se negou a dar sepultura ao seu marido no cemitério acatólico. A insistência do Doutor Landell nesse enterro acatólico provocou a intervenção do Bispo, do Delegado de Polícia Feliciano Joaquim de Borman e do Presidente da Província, o Dr. Carvalho de Moraes.²⁵ O pastor evangélico Augusto Collmann, que morava no Brasil apenas a um ano tentou intermediar gentilmente a questão, dizendo que recebera pedido pessoal do pai do falecido e logo depois um aviso particular do *senhor Bispo*, protestando “contra o enterro do finado no cemitério evangélico, por causa de ter sido católico” e que o Delegado Bormann, pedindo que por parte da comunidade evangélica se evitasse tudo “que pudesse dar motivo para cenas tumultuosas, sendo conhecido o caráter impetuoso do senhor Doutor Landell e a discórdia da família também”.²⁶

Contudo, o que nos interessa aqui é o espólio do falecido. A viúva de Guilherme, Hia de

²¹ Na qualificação de votantes da Paróquia do Rosário de Porto Alegre, em 1880, aparece que José Landell, morador no 1º quarteirão, havia se mudado para a Aldeia (AHRS – Eleições, maço 1, Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880).

²² RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao Exmo. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos a 27 de Fevereiro de 1882. Porto Alegre, Tipografia do Conservador, rua 7 de Setembro nº 113, 1882; *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º Vice-Presidente passou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Presidente Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azevedo Villanova em 27 de Janeiro de 1888. Porto Alegre, Oficinas Tipográficas do Conservador, 1888.*

²³ APERS – Cartório do Júri de Porto Alegre, auto nº 1245, autora: Carlota Pedroso Barreto Lewis, réu: João Bal. Em outro caso semelhante, ocorrido em 1865, o escravo Antônio foi agredido pelo taberneiro que o alugava de sua senhora e saiu ferido e cambaleante à rua, o povo correu a chamar o doutor Landell, como este não se encontrava, seu filho Carlos, que era comerciante, foi instado pela dona do escravo a aplicar-lhe alguns remédios. APERS – Porto Alegre: Cível e Crime M 64. Ver WITTER, 2007, p. 222.

²⁴ AHSCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 12 (19/11/1874 - 25/01/1876).

²⁵ AHRS – Assuntos Religiosos – maço 28, caixa AR 14, 1875.

²⁶ O Dr. Roberto Landell se envolveu em vários incidentes, chegando a ser preso, em 1856, por tentativa de homicídio do Doutor Manoel Pereira da Silva Ubatuba (LORENZO, 2007, p. 192).

Miranda Landell pediu ao Juiz de Órfãos, em fevereiro de 1875, que fosse nomeado um curador para o seu filho, com apenas 3 meses de idade, que seria batizado com o nome de seu pai. Foi então nomeado o advogado Timóteo Pereira da Rosa para curador do pequeno Guilherme, sendo declarado pela viúva que os *poucos bens* do casal eram “os medicamentos e drogas existentes na botica da rua da Praia, em que se achava estabelecido seu falecido marido” e “uma mobília completa de sala, com espelhos e outros trastes do serviço doméstico”. Foram nomeados avaliadores os farmacêuticos Irineu Francisco de Souza e Luiz Afonso de Azambuja.²⁷

O boticário Guilherme e Hia casaram em 22 de junho de 1871 na Capela do Palácio Episcopal, às 8 horas da noite, acompanhados dos padrinhos Gaspar Rodrigues Alves Guimarães e Constância Severo. Ambos eram paroquianos da Catedral de Porto Alegre, Hia nasceu em Alegrete (RS) em 4 de agosto de 1847, filha legítima do português Antônio Carvalho de Miranda e Joaquina Severo (desta freguesia).²⁸

Analisando as boticas dos séculos XVII e XVIII, Marques informa que elas se localizavam, geralmente, nas ruas principais das cidades e se dividiam em duas peças. Uma delas, com altas prateleiras, onde se encontravam expostas as drogas e na outra o laboratório, “onde eram manipuladas as fórmulas farmacêuticas” (MARQUES, 1999, p. 207). A botica de Landell era instalada em um prédio alugado de Francisco Batista da Silva Pereira, que cobrou 406\$666 réis de aluguéis atrasados. Já José Cesar Antunes pediu 240 mil réis por trabalhos de escritas da casa de negócio por 2 anos.

O inventário do boticário Guilherme Landell nos fornece um certo observatório do que seria uma botica no oitocentos.²⁹ Em termos de móveis temos uma armação envidraçada (800\$ réis), uma armação interior de madeira (30\$), uma mesa de guarnição com 4 gavetas (16\$), outra mesa igual em mau estado (3\$) e duas escadas. Vários equipamentos eram usados na manipulação das substâncias ali depositadas:

Quadro 1 - Equipamentos da Botica de Guilherme Landell (1875)

Quantidade	Descrição	Preço
1	Alambique de cobre	8\$000
1	Esquadro de ferro	\$800
1	Escova para vidros	\$360

²⁷APERS – 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 99, autos 2088, Inventariado: Guilherme Roberto Landell, inventariante: Hia de Miranda Landell. Para grande mágoa da viúva, seu único filho Guilherme não vingou, falecendo de difteria aos dois anos de idade, aos 11 dias de julho de 1876, descrito como de cor branca, sendo enterrado no mesmo dia, *inocente*, nas catacumbas da Irmandade de São Miguel e Almas (CHC/SCMPA – Livro de Óbito de Livres nº 13, registro 19345).

²⁹APERS – 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 99, autos 2088, Inventariado: Guilherme Roberto Landell, inventariante: Hia de Miranda Landell.

1	Serrote	1\$000
2	Tachos de cobre com 18 libras	14\$400
1	Balança tampo de mármore	15\$000
1	Balança para peso específico	8\$000
1	Termômetro	\$800
4	Espátulas e colheres cifre	\$800
1	Porta goma	\$500
1	Gral de ferro	10\$000
1	Gral de mármore	12\$000
2	Fogareiros	1\$000
1	Balde	\$800
1	Panela de ferro	1\$000
1	Machado	\$800
1	Creia	\$240
1	Enxada	\$500
1	Cavadeira	\$500
1	Porta funil	1\$500
1	Máquina para pílulas	10\$000
1	Máquina para rolhas	1\$000

Destacam-se também os vasilhames e vidrarias, mostrando onde as substâncias e remédios eram mantidos e em que tipo de embalagens os clientes levavam as poções ou emplastos já prontos:

Quadro 2 -Vasilhames e virarias da Botica de Guilherme Landell (1875)

Quantidade	Descrição	Valor
13	Vidros de 8 libras boca larga e tampa – 1:240\$	16\$120
39	Vidros de 6 libras boca larga e tampa – 1:1000\$	42\$900
24	Vidros de 4 libras boca larga e tampa – 900\$	21\$600
14	Vidros de 2 libras boca larga e tampa – 700\$	9\$800
12	Vidros de 1 libras boca larga e tampa – 500\$	6\$000
56	Vidros de 2/0 libras boca larga e tampa – 100\$	5\$600

23	Vidros de 4 libras boca estreita e tampa – 800\$	18\$400
41	Vidros de 2 libras boca estreita e tampa – 500\$	20\$500
23	Vidros de 1 libras boca estreita e tampa – 70\$	9\$200
12	Vidros de 1/2 libras boca estreita e tampa – 1:240\$	14\$880
36	Potes de louça branca de 2 libras com tampa - 500	18\$000
26	Potes de louça branca de 1 libras com tampa – 350	9\$100
29	Potes de louça branca de 8 libras com tampa – 140	4\$060
10	Potes de louça branca de 4 libras com tampa – 1160	1\$160
6	Potes de louça branca de 1 e 2 libras – 90	\$540
2	Barris com torneira – 2\$000	4\$000
38	Latas vazias sortidas - \$350	3\$300
15	Barricas - \$300	4\$500
26	Caixões vazios sortidos - \$200	5\$200
34 mil	Rótulos diversos	

Jane Sayd (1998, p. 73) fala do fenômeno da “difusão de manuais sem médicos”, que ocorreu na Europa e foi replicado no Brasil, destacando o *Guia Médico* de Chernovitz, usado amplamente por “donas de casa, fazendeiros e curiosos em geral” e até mesmo por médicos, que o buscavam como guia terapêutico. Carla Almeida, entretanto, chama a atenção de que mesmo no período colonial se percebe o “papel dos livros na difusão do conhecimento” médico (ALMEIDA, 2020, p. 87). Por isso, é interessante perceber a *biblioteca dos boticários*, afinal o boticário “é também aquele que diagnostica o mal físico e não apenas o responsável por preparar o medicamento. O boticário também é o médico”.³⁰

No inventário do boticário Guilherme Landell encontramos dois livros listados, ambos do mesmo autor, justamente o médico polonês, formado pela Universidade de Montpellier, Pedro Luiz Napoleão Chernovitz. *O Formulário ou Guia Médico do Doutor Chernovitz* foi lançado em 1841, e atingiu 19 edições até 1920:

Dividido em várias seções, o livro continha a descrição dos medicamentos, suas propriedades, suas doses e as moléstias em que deviam ser empregados. Incluía também as plantas medicinais usadas por grupos indígenas e as águas minerais do Brasil; a arte de formular, a escolha das melhores fórmulas, além de muitas receitas úteis nas artes e na economia doméstica.³¹

³⁰ FIGUEIREDO, 2005, p. 144.

³¹ <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=323&sid=5> – acessado em 1º de outubro de 2019. Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *A Grande Farmacopéia Brasileira*. Formulário e Guia Médico. Um Guia das Plantas Medicinais Brasileiras. Belo Horizonte / Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Ltda., 1996.

Um ano depois, o Doutor Chernovitz publicou o seu *Dicionário de Medicina Popular*, cuja primeira edição já saiu com 3 mil exemplares e até 1890 saíram 6 edições, que se organizavam em dois e 3 volumes.³² O que o boticário Landell possuía era de 3 volumes e foi arrecadado em leilão por Francisco Leão, por 7 mil réis.

Através destes prefácios, a necessidade do médico nas casas que possuem manuais de medicina popular é uma questão aparentemente ambígua. Tais manuais foram escritos e apreciados justamente por sua utilidade na ausência de médicos, mas seus autores têm dificuldades em ser tão arrojados nessa sentença. Em Chernoviz, Imbert e Bonjean, os prefácios argumentam que há campos da medicina fáceis de serem alcançados por um leigo letrado, que é de fundamental importância que a ciência chegue às pessoas de forma inteligível, que há uma definitiva ausência de médicos no interior do Brasil, e que os charlatães estão sempre prontos para agir. O leitor, então, vai encontrar, nestes autores, uma tentativa de conciliar tais argumentos com o da indispensabilidade de um médico em algumas situações. Embora, geralmente, o conteúdo das obras não corrobore esta indispensabilidade, de qualquer maneira, a intenção está registrada (GUIMARÃES, 2003, p. 50).

Notemos que Maria Cristina Guimarães menciona que a amplitude da circulação destes escritos – periódicos, dicionários e manuais – não tinha a intenção de anular a barreira que existia entre a classe médica e os pacientes. Os médicos ainda deteriam o conhecimento hegemônico sobre a cura, mas indivíduos letrados poderiam – através dos dicionários – sanar algumas enfermidades. Mas lembremos que o letramento, no império, ainda estava restrito a poucos e que os dicionários visavam, assim, uma *elite letrada*.³³

A botica Landell era muito bem sortida e é praticamente impossível citar todas as substâncias encontradas ou mesmo sistematizá-las. Assim, destaquemos apenas algumas, mais conhecidas:

Açafrão, arsênico, acetato de chumbo, morfina, potassa, arseniato de ferro, ácido bórico, ácido sulfúrico, aguardente do Reino, alcatrão, avenca, alfazema, alecrim aipo, garrafas de antídoto contra bebedeira, garrafas de azeite de mocotó, beladona, caixas de cigarros antiasmáticos, capsulas de óleo de rícino, cravo em pó, laranja azeda, corticeira, gramas de clorofórmio, gramas de cal virgem, gramas de carrapicho rasteiro, extrato de beladona e de cicuta, extrato de cinamomo, extrato de erva de passarinho, ópio, elixir dentrificio, litros e barril de vinho, dúzias de vidros de Essência Maravilhosa, emplastro para calos, geleia de óleo de fígado de bacalhau, mel de abelhas, vidros de pílulas Le Roy, Kemps, Blanchard, Calvin, potes de rapé Princesa [...].

Sobre os fornecedores das drogas da botica do Landell, o inventário nos traz algumas informações interessantes. A viúva destaca que existiam na Alfândega de Porto Alegre algumas drogas no valor de 851\$150 réis, mas não sabemos de onde vieram (arsênico, óleo de rícino, óleo de amêndoas). Martel Vicente Porto Sucessores, instalados no centro da capital, na Rua Nova, esquina do Beco do Leite, cobrou a quantia de 463\$400 réis de produtos comprados pelo falecido. Esse

³² <http://www.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=35&sid=5> – acessado em 13.11.2020. Ver: GUIMARÃES, 2003.

³³ Evidentemente que o conhecimento escrito, nestes tempos imperiais, era transmitido mais pela oralidade do que pela leitura (CHARTIER, 2001). Este conhecimento certamente chegava a amplos setores populares através da leitura em voz alta, daí talvez entendamos um dos motivos da proibição dos Códigos de Postura da permanência de escravos nas boticas.

estabelecimento devia fornecer drogas e equipamentos para um público variado, não apenas de moradores de Porto Alegre, porque se apresentava como “Armazém de drogas, produtos químicos, variado sortimento de tintas finas, vernizes, instrumentos de cirurgia, pincéis, artigos completos de fotografia, afiançados médicos homeopáticos, grandíssimo sortimento de utencis e objetos diversos pertencentes a boticas, dentistas, destiladores, etc.”. Temos também G. W. Armishaw & Cia. Cobrando 251\$150 réis por drogas mandadas vir pelo boticário falecido. Finalmente, os farmacêuticos droguistas instalados na rua dos Andradas nº 42 e 44, Fermiano Antônio de Araújo & Cia. cobravam 94\$320 réis de sulfato de ferro, “1 tubo com globos homeopáticos”, latas de extrato de carne, Flor de Arroz, tônico oriental, glicerina, salsaparrilha, nitrato de prata, etc.



Encontramos anexa ao inventário uma lista de devedores da botica, num total de 2:229\$860 réis. A lista traz 230 nomes de devedores, sendo apenas 26 mulheres (11%) e 42 sobrenomes estrangeiros. Quase todas as mulheres traziam a insígnia de “Dona”, havendo apenas uma indicação de uma “cliente” escravizada (“escrava do Viana”), que pode ter ido apenas aviar alguma receita da família senhorial, e algumas denominações genéricas, como um “Manoel da Chalupa” e um “operário militar”. A imensa maioria era de clientes individuais, havendo apenas a menção a uma sociedade, e os valores iam desde 400 réis até 96\$880 réis. Óbvio que esses devedores eram aqueles que tinham crédito na botica e certamente muitos populares ali se serviam de drogas e remédios, mas tinham que desembolsar o valor dos mesmos na hora.

Bens, vasilhames e drogas foram colocados em praça, mas não houve lances, então a viúva, considerando que “sendo a maior parte dos mesmos bens sujeitos a deterioração e ficarem sem valor algum, por serem drogas medicinais” e, por ainda estarem algumas delas na Alfândega, e ela estar pagando alugueis da casa onde estão estes bens, pediu a redução de 30% do valor daquelas. Mesmo com essa redução, não apareceram interessados na 2ª e 3ª praça, oficiando novamente a viúva ao juiz, dizendo que no caso “extremo” em que se encontra, pede que sejam vendidos “pelo que derem, isto em termo breve”. Vários indivíduos compraram os itens, destacando-se o farmacêutico Luiz Masson e o doutores Siqueira Coutinho e José Tomé. Robert Landell, pai do falecido, apareceu discretamente nas compras, levando por 5\$ uma seringa de bomba, de metal, e um vidro de pós antimoniais de James (4\$).

O boticário André Jesuíno

Na lista eleitoral do Império com mais indivíduos listados que temos – da Paróquia do Rosário de 1880 –, não aparecem boticários, mas talvez eles estivessem inseridos entre os numerosos negociantes.³⁴ Na lista de qualificação eleitoral da mesma paróquia, de 1850, aparece um boticário, com 49 anos de idade e casado, André Jesuíno de Oliveira Barreto, então morador do 9º quarteirão do 1º distrito da capital da província.³⁵ Beatriz Weber (1990, p. 183) cita o *farmacêutico* André Jesuíno de Oliveira Barreto, que teria botica na praça do Portão e tratava o povo pela homeopatia, “mas também fazia ‘curas milagrosas’ nos casos de pacientes desenganados pelos médicos”.³⁶

André Jesuíno de Oliveira Barreto foi batizado na Sé do Rio de Janeiro e casou na Igreja da Madre de Deus de Porto Alegre, em 22 de outubro de 1828, com Tereza Carolina de Oliveira. Ele era filho legítimo de Luiz Antônio Martins Bastos e Sebastiana Rosa de Jesus. Sua esposa Tereza foi batizada na matriz de Porto Alegre, ela era filha de Apolinário José Gomes e Perpétua Maria dos Santos Gomes.³⁷ A noiva Tereza foi levada ao campo santo antes de seu marido, falecendo aos 46 anos de idade, de tubérculos pulmonares. Foi apontada no livro de óbitos como branca e enterrada em 6 de outubro de 1857 na sepultura 707 da irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.³⁸ André Jesuíno foi instado pelo seu genro, o alferes João Tolentino, a proceder inventário dos bens de seu casal e ainda em 1857 deu início aos trabalhos de arrolamento do patrimônio que tinham.³⁹ Ele tinha 4 escravizados, 2 imóveis⁴⁰ e “uma botica com armação e seus pertences”.

³⁴AHRS – Eleições - Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880.

³⁵AHRS – Eleições, maço 2 - Lista geral dos Cidadãos qualificados votantes na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 2º Distrito desta Cidade de Porto Alegre, 1850.

³⁶ Sobre isso, cf. WITTER, 2007.

³⁷AHCMPA – Livro 3º de Casamentos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 191.

³⁸AHCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 3, registro 5114. Uma curiosa nota acompanha o ofício do inventariante boticário ao Juiz de órfãos. Ao encerrar o arrolamento dos bens do casal, André Jesuíno acrescenta que: “N. B. A roupa do uso da falecida, em razão de sua enfermidade, e conforme seu pedido, foi distribuída por pessoas pobres”.

³⁹ O casal tinha 5 filhos: Apolinário Jesuíno de Oliveira Barreto (casado, morador no Rio Grande), Antônio Jesuíno de Oliveira Barreto (solteiro, morador na Bahia), Luiza Carolina de Oliveira Barreto (casada com o alferes João Tolentino Taveira de Menezes), Benilda Carolina de Oliveira Barreto (casada com Francisco Ferreira Gomes) e o menor Baltasar (13 anos).

⁴⁰ Os imóveis eram: terreno em São Leopoldo, quadra 57, 60 palmos de frente (avaliado por 50\$ réis) e uma morada de casas na rua da Ponte (3:300\$).

Quadro 3 - Escravizados do Boticário André Jesuíno de Oliveira Barreto (1857)

Nome	Origem	Idade	Valor	Observações
Maria Luiza	Cambundá	56	200\$	”Muito e muito defeituosa de um pé, do qual continua a estar doente de cama”;
Maria Luiza	Mina	36	1:000\$	Em poder da herdeira Luiza Carolina;
Luiza	Moçambique	36	1:100\$	
Felicidade	Crioula	11	1:300\$	

Fonte: APERS – 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 11, autos 187, Inventariado: Tereza Carolina Gomes de Oliveira Barreto, inventariante: André Jesuíno de Oliveira Barreto, 1857.

A maior parte do *monte-mor* estava concentrado nestes quatro escravizados acima (3:600\$ réis), mas a botica também comportava parte considerável dos bens do casal, sendo sua avaliação estimada em 3:658\$530 réis, mesmo que na venda ela não tenha arrecadado tal quantia. Para avaliar esse último patrimônio, o inventariante sugeriu dois peritos com experiência neste tipo de mercadorias, os farmacêuticos Antônio Simões Pereira Júnior e Luiz Antônio de Medeiros, os quais diligentemente listaram os bens da botica, preenchendo 9 folhas manuscritas, frente e verso, evidenciando se tratar de outra botica de ótimo sortimento.

A botica de Jesuíno, como já dito acima, se localizava no Largo do Portão e o *monte-mor* arrecadado pelos bens do casal chegaram a 3:658\$530 réis. Percebemos nesses dois inventários analisados, que os boticários se localizavam nos níveis sociais médios, destacando-se pelo seu acesso à cultura escrita e ao prestígio social que acumulavam em função de suas atividades e do caráter sociável de seus estabelecimentos.

A descrição material que temos desta botica através deste inventário *post-mortem* é muito parecida com a já vista no estabelecimento de Guilherme Landell. Essa botica também tinha uma armação antiga, um armário envidraçado, escadas. A descrição das drogas, como vimos, ocuparam várias páginas e nelas encontramos folhas de belladona, cabeças de papoulas, extrato de ruibarbo, láudano líquido, garrafas (e vomitório) de Le Roy, ópio bruto, verdete (arsênico). Entre os instrumentos de preparo temos almofariz de bronze e ferro, alambiques, caçarolas, funis, espátulas, “painéis de barro da Bahia”, balanças. Igual a anterior temos 581 vidros de diversos feitios e tamanhos e mil rolhas de cortiça. Destacam-se 9 ventosas de vidro, configurando que esse boticário deveria praticar algumas artes da cura em seu estabelecimento. Diferente de Landell, Jesuíno não possuía *biblioteca de boticário*, o que nos faz pensar em duas hipóteses: ou ele guardou os livros como objeto de afeto ou pensando em continuar as curas em seu domicílio ou quem sabe por ser um boticário mais antigo que Landell, a sua expertise se baseava em suas experiências práticas. Lembremos que o boticário Landell era filho e irmão de curadores médicos/práticos.

O boticário viúvo pediu o leilão dos bens de sua botica:

[...] isto em razão de não poder [...] mais continuar com a dita Arte, por causa de seus incômodos de saúde, acontece não ter havido pretendente algum a ela, não sendo talvez outro o motivo, do que a decadência em que se acha este negócio presentemente, por causa do novo sistema de curar.

A lista de devedores da botica de Jesuíno era bem menor do que a de Landell, trazendo 33 nomes, num total de 251\$060 réis, sendo destes sete mulheres (21%). O herdeiro Antônio se encontrava na Corte, estudando matemáticas. A pedido do viúvo foi feita nova avaliação, com um abatimento de 40% da anterior, chegando assim o monte-menor a 9:834\$820 réis. O ex-boticário André Jesuíno morreu na vizinha cidade de Viamão, em 12 de maio de 1863, sendo seus herdeiros os mesmos 5 filhos arrolados quando da morte de sua esposa Tereza. Ele não redigiu testamento e não gerenciava mais a botica. Seus bens somavam quase 6 contos de réis⁴¹, sendo sua casa servida por dois escravizados, a crioula Josefa, de 20 anos de idade (1:000\$) e Patrício (300\$).

Sidney Chalhoub (1996, p. 35) aponta como, na segunda metade do século XIX, gradualmente, percebe-se a emergência dos discursos higienistas e que esta *ideologia* se baseava em um “conjunto de princípios [...] destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’” e que deveria ocorrer uma “submissão da política à técnica”.

As ideias populares sobre como as doenças eram contraídas, e suas concepções sobre como procurar a cura das moléstias, passaram a ser sistematicamente combatidas e consideradas falsas e ilusórias pela comunidade médica. Em suma, o modelo abstrato do infeccionismo auxiliava na desqualificação dos saberes populares sobre doença e cura. O fato de os infeccionistas e os esculápios em geral terem conseguido sucesso apenas relativo nessa empreitada, não diminui a importância social deste projeto (CHALHOUB, 1996, p. 173).

Talvez a botica, neste contexto, fosse vista como uma *herança colonial*, com seu proprietário mesclando cura e alquimia, manejando e ministrando poções que os ligavam a saberes populares de diversificadas origens. Talvez o próprio comportamento do boticário, falador e acessível, não se coadune com o novo *tipo médico* que se institucionalizava, com conhecimento acadêmico e certa distância do paciente. Talvez a proibição da presença de escravizados nas boticas, além do medo causado por cativos que soubessem ministrar e tivessem acesso privilegiado a poções de perigosos efeitos, tenha sido signo de uma vontade de separar estes saberes.

Beatriz Weber (1999, p. 21) apela para a historicização das artes de curar, enfatizando que em cada época “o conhecimento utilizado era diferente. Os profissionais que exerciam práticas de cura recebiam formações completamente diferentes. Havia diferentes tipos de práticos de cura num mesmo período, mas nem todos eram chamados médicos”, sendo que os *boticários* “comerciavam drogas e concorriam com os físicos e cirurgiões-barbeiros no tratamento de doenças”. Para essa historiadora, “o *poder* da Medicina foi construído num longo processo que, certamente, percorreu o século XIX, só se constituindo, no Rio Grande do Sul, por volta da década de 1940” (WEBER, 1999, p. 25).

Gabriela Sampaio (2001, p. 26) corrobora esta tentativa de afirmação dos *médicos científicos*, que em 1829 criaram a Sociedade de Medicina da Corte e que manipulavam discursivamente a ampla categoria do *charlatanismo*, que incluía “toda e qualquer medicina diferente da sua”, seja *curandeiros*, *espíritas* e *boticários*. Isso mesmo que não houvesse ente os médicos, no oitocentos, “consenso [...] sobre os diversos procedimentos utilizados” (p. 33; e SAYD, 1998). A autora usa os termos botica e farmácia, mas destaca que o segundo termo passa a se tornar mais usual a partir de meados do século XIX,

⁴¹ APERS - 2ª Vara de Família e Sucessão, Caixa 004.1447, auto 277, Inventariado: André Jesuíno de Oliveira Barreto, Inventariante: Francisco Ferreira Gomes.

“com o intuito de distinguir uma denominação da outra, representavam os espaços mais modernos, onde se supunha uma formação acadêmica para o farmacêutico” (FIGUEIREDO, 2005, p. 142).

Quando nos referimos ao avanço da ciência nas práticas de cura, não nos podemos limitar aos médicos. Os farmacêuticos, pouco a pouco, vão-se distinguindo dos boticários, exatamente pela formação acadêmica sistematizada. Farmacêuticos e boticários, em vários momentos, atuavam como médicos, indicando que não havia uma distinção muito clara delimitando onde se iniciava a atividade de uns e outros. A mudança é dupla: difusão de um conhecimento técnico-científico na área e a imposição da presença do seu interlocutor com a devida formação acadêmica: o médico ou o farmacêutico (FIGUEIREDO, 2002, p. 210).

A afirmação dos farmacêuticos se deu, também, com o espraiamento de visões pejorativas do boticário como prático e sem cultura, mesmo que uma nostalgia cobrisse as boticas, num processo que se estenderia pelo século XX.

Conclusão

Boticas e boticários foram um elemento importante da paisagem brasileira entre os séculos XVII e fins do século XIX. Sua atuação tem sido constante nos estudos e pesquisas sobre os curadores coloniais e imperiais em diferentes regiões do Brasil.

Esse ofício, majoritariamente masculino, transitava entre as lides do comércio e a manipulação de drogas, aliando letramento e conhecimentos práticos sobre curas e os corpos de sua clientela. Seus espaços de trabalho tinham um lugar central na vida cotidiana das cidades e vilas. Ali circulavam informações, fazia-se política, concentravam-se e ebuliam ideias.

Esses homens se valiam do bom conceito nas vilas e cidades para exercer seu ofício. Aparecem com importância em documentos oficiais realizando perícias e até mesmo praticando curas. No entanto, a partir da regulamentação levada a cabo pela criação da Junta Central de Higiene, os boticários passam a ser processados frequentemente e colocados como uma categoria menos prestigiosa. Muitos passam a se identificar apenas como comerciantes e não mais como boticários.

Seguindo tal senda, a atividade acaba por não resistir às mudanças que ocorrem ao final ao longo das últimas décadas do século XIX. A cientifização dos saberes de curar é um desses fatores, mas não é o único. Não podemos esquecer que outros curadores não científicos resistem muito bem até os dias atuais. Esses resistentes não são mais cultos ou letrados ou mesmo mais confiáveis por critérios científicos do que eram os boticários em fins do século XIX. Então, não acreditamos que a pergunta sobre o porquê da decadência das boticas e boticárias esteja plenamente respondida, seja pelas acusações de charlatanismo ou pela ascensão da farmácia e farmacêuticos acadêmicos.

Talvez, um dos elementos a serem mais bem estudados nesse processo – e aqui entramos no terreno das hipóteses – seja a ascensão das empresas farmacêuticas. Não podemos esquecer que a Bayer é fundada em 1863. Nesse sentido, cabe também apontar o incremento da química médica – muito embora drogas verdadeiramente curativas só venham a aparecer com os antibióticos no século XX. E, por fim, não podemos deixar de levar em conta que o ataque e a decadência do comércio das boticas – e suas práticas semi-artesanal – talvez, não possa ser separado das novas fases do capitalismo

imperialista naquele final de século.

Com certeza, esse é um tema para mais e novos estudos e pesquisas para a História do Brasil.

Abreviaturas:

AHCMPA - Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CHC/SCMPA – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Bibliografia:

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça*. Saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, SEDAC, 1996.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os soldados libertos são os mais valentes*. Anais do AHRS, volume 20. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, SEDAC, 1996.

BIER, Teresinha de Jesus Bemfica; BRUFATTO, Luiza Maria da Gloria; LOPES, Renato José. *Anais da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*. Período: 9.3.1868 a 27.11.1873. Sétimo Volume. Santo Antônio da Patrulha: Museu Antropológico Caldas Júnior, 2004.

BLUTEAU, Raphael (Padre). *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> - acessado em 12 de outubro de 2020).

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A Terrível Moléstia*. Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CARNEIRO, Antonio Carlos Duarte de. *Feiticeiros, burções e mistificadores*. Criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo – 1950 a 1980. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação liberdade, 2001.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *A Grande Farmacopéia Brasileira*. Formulário e Guia Médico. Um Guia das Plantas Medicinais Brasileiras. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda., 1996.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade*. Administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

DREHER, Martin. *Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo*. Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX). São Leopoldo/RS: Oikos, 2000.

EDLER, Flávio Coelho. O debate em tono da medicina experimental no segundo reinado. *História, Ciências Sociais, Saúde Manguinhos*, ano III, v. 2, jul.-out. 1996, p. 284-299.

FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar*. Cirurgiões, Médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. O arranjo das drogas nas boticas e farmácias mineiras entre os séculos XVIII e XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial/Ed. PUC Minas, 2005, p. 141-154.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar*. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. 2. ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2008.

_____. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005. Editora UFPR.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar*. Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. Dissertação (Mestrado em História da Ciência da Saúde) – Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

GURGEL, Cristina. *Doenças e Curas*. O Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2011.

LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. Volume II. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872.

LORENZO, Ricardo de. “E Aqui Enloqueceo”: A Alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c. 1872. Dissertação (Mestrado em história) – Porto Alegre, História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MAGGIE, Yvone. *Medo do Feitiço*. Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões*. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Daniel. *Morte e Vida Feminina*. Mulheres pobres, condições de Saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

OLIVEIRA, Daniel. “Os Facultativos dão Obrigados a Declarar [...] Cor, [...] Moléstia”: Mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney, et. al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 307-330.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar*. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 1997.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828). *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*. Volume 2, jul-out, 1998, p. 349-372.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

QUEVEDO, Éverton Reis. "*Uma mão protetora que os desvie do abismo*": Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). São Leopoldo: Oikos/ Ed. UNISINOS, 2016.

RIBEIRO, José Iran. *De tão longe para sustentar a honra nacional*. Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História Social) - Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Tortuosas raízes medicinais: as mágicas origens da farmacopéia popular brasileira e sua trajetória pelo mundo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial/Ed. PUC Minas, 2005, p. 155-184.

SAMPAIO, Gabriela Reis. *Nas trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp; 2001.

SAYD, Jane Dutra. *Mediar, Mediar, Remediar*. Aspectos da terapêutica na medicina ocidental. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 1. Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813[1789].

SOUSA, Germano de. *História da Medicina Portuguesa Durante a Expansão*. Lisboa: Círculos de Leitores e Temas e Debates, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial/Ed. PUC Minas, 2005.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar*. Medicina, Religião, Magia e Positivismo no República Rio-Grandense – 1889/1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço*. As práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias*. Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.